

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL**

**REFLEXÕES SOBRE O SETOR FLORESTAL NO ESTADO DO PARANÁ**

Alexandre França Tetto<sup>1</sup>  
José Tarciso Fialho<sup>2</sup>

O setor florestal paranaense, que na safra 1996/1997 ocupava o sétimo lugar no *ranking* dos sub-grupos no valor bruto da produção do Estado do Paraná, participando com 6,73%, passou em 2005/2006 a ocupar o terceiro lugar, participando com 11,94%, tendo uma variação, em valor, no período de 121,07%.

Atualmente, este setor passa por um momento importante de mudança, aliado à expansão da atividade florestal, sobretudo nas pequenas propriedades, através dos agricultores e de empresas que atuam no fomento. Esse período está gerando uma série de oportunidades, entretanto, são necessárias algumas tomadas de decisão, garantindo a sua sustentabilidade.

Uma das questões diz respeito ao extrativismo de produtos madeireiros e não-madeireiros, restritos aos poucos remanescentes nativos, executado de forma insustentável. A referida situação diz respeito a ausência de capacitação, pesquisa, extensão e de políticas públicas, entre outros aspectos, que atendam a essa categoria, com o intuito de racionalizá-la.

Essas dificuldades não se repetem para os cultivos florestais, de exóticas ou nativas, realizados por empresas, com pesquisas reconhecidas internacionalmente. Entretanto, da mesma forma que ocorre com o extrativismo, as empresas do setor florestal esbarram na legislação ambiental. Observa-se que, apesar disso, houve uma significativa expansão dos cultivos florestais nos últimos anos, inclusive com investimentos de várias empresas internacionais, dada às condições ecológicas do Estado.

---

1 [alexandretetto@seab.pr.gov.br](mailto:alexandretetto@seab.pr.gov.br), Engenheiro Florestal, Especialista – SEAB, Depto. de Economia Rural. Rua dos Funcionários, nº 1559 – Cabral – CEP 80035-050 – Curitiba – Paraná - Brasil.

2 [fialho@seab.pr.gov.br](mailto:fialho@seab.pr.gov.br), Engenheiro Agrônomo, Doutor – SEAB, Divisão de Cultivos Florestais. Rua dos Funcionários, nº 1559 – Cabral – CEP 80035-050 – Curitiba – Paraná - Brasil.

No caso dos pequenos e médios agricultores, que buscam diversificar a propriedade rural através da introdução do componente florestal, incluindo-se aí os SAFs, ainda é incipiente a assistência técnica no que diz respeito à indicação correta de espécie, espaçamento a ser adotado, adubação, tratamentos silviculturais e comercialização, tendo em vista a sua inexperience nesta cultura, excetuando-se os casos em que o fomento é realizado de forma integrada e sistematizada pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.

Para o Estado do Paraná, ainda falta aumentar a diversidade e área de espécies com uso comercial, além dos gêneros amplamente utilizados: *Eucalyptus* spp. e *Pinus* spp. Para tanto, são inúmeras as opções, como o caso do kiri, uva-do-japão, liquidâmbar, seringueira, guanandi, araribá, bracinga, mandiocão, pinheiro-do-paraná, dentre outras, observadas as suas exigências edafoclimáticas. A diversificação traz como benefício o menor risco de proliferação de pragas e doenças, a maior variabilidade de produtos e de características mecânicas e visuais do produto acabado.

Considerando o aspecto produtivo, uma correção histórica, e um passo importante para o seu desenvolvimento é a transferência do setor florestal produtivo do IAP para a SEAB, que ainda se encontra em curso. Sobre isso, salienta-se o importante papel do IAP com relação à conservação e preservação dos recursos naturais, os quais se relacionam com todas as atividades antrópicas.

A SEAB tem pela frente grandes desafios a serem superados, como o desenvolvimento de uma política/ legislação que promova a silvicultura de espécies potenciais (e estratégicas) nativas, desburocratizando o seu cultivo e dando garantia para o investidor. Neste aspecto, salienta-se a importância, desde a coleta de sementes, garantindo a qualidade do cultivo, até a capacitação para o sortimento do material lenhoso e posterior comercialização ou beneficiamento na propriedade rural.

Outro desafio é a necessidade de se determinar normas e procedimentos para o manejo em regime de rendimento sustentável da reserva legal, ainda vista como “área improdutivo” pelos agricultores. Sabe-se que são poucos os que usam as áreas florestais, através de técnicas de manejo

florestal, obtendo produtos madeireiros e não-madeireiros. Dessa forma, o seu manejo poderá servir de exemplo de atividade economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente correta.

Para finalizar, é necessária uma sistematização das informações estatísticas florestais para o Estado, gerando informações anuais, sobretudo para o poder público, que propiciem a tomada de decisões e melhoria contínua. Para tanto, é deve-se buscar o envolvimento de entidades que tenham relação com o setor florestal e possam auxiliar neste processo, bem como, posteriormente, utilizar essas informações para a elaboração/ execução de políticas florestais produtivas.

Evidentemente, que todos esses aspectos precisam ser aprofundados, em reuniões com técnicos dos diversos órgãos, trazendo contribuições socioeconômicas e ambientais, inerentes aos cultivos florestais.